

Econ Brasil Além do Pára-Brisa

28 MAR 1997

JORNAL DO BRASIL

Ao assumir o comando do Ministério da Economia, o embaixador Marcílio Marques Moreira disse que o Brasil precisava deixar de olhar os problemas econômicos pelo espelho retrovisor para passar a encarar os desafios do futuro através do pára-brisa. O ministro se referia particularmente à dívida externa, cujo contencioso vem pondo em dia.

A imagem fica perfeita, quando se observa o encaminhamento pelo governo, através da secretaria nacional de Economia, Dorothéa Werneck, para um contencioso ainda mais velho: as relações da indústria automobilística, através da entidade de classe — a Anfavea e o governo.

A construtiva negociação na câmara setorial, envolvendo não apenas a modernização das montadoras de automóveis, mas as fábricas de autopeças e os fornecedores, além da representação dos trabalhadores, amparados por 90 dias de estabilidade, permite ao mercado brasileiro de automóveis enxergar à frente, através do pára-brisa, num horizonte de 180 graus. O mercado pode voltar a crescer naturalmente, sem euforia.

O grande acordo setorial, com cada parte cedendo um pouco — a indústria reduzindo as exageradas margens de lucros obtidas nos recentes e sucessivos aumentos; os fornecedores seguindo o mesmo caminho, e os governos federal e estadual arrefecendo a carga tributária —, determina mudanças muito além da redução de 22% nos preços dos automóveis.

Pode-se dizer que o acordo, cujo objetivo básico é modernizar a indústria para tornar o carro nacional competitivo no mercado externo e na disputa direta no mercado interno com o produto importado, marca uma etapa decisiva no processo de reformulação do modelo industrial implantado no país no pós-guerra, sob o estímulo de incentivos fiscais e proteções tarifárias do Estado brasileiro.

A recuperação do atraso tecnológico dos produ-

tos brasileiros tem muito a ver com a falência do modelo de desenvolvimento que estreitou as portas para o investimento estrangeiro de capital de risco. Na suposição de que os empréstimos externos em moeda eram mais vantajosos, o próprio Estado brasileiro assumiu o risco dos empréstimos em moeda flutuante para repassar subsídios diversos aos setores empresariais.

Como o Estado não conseguiu suportar a escalada dos juros, a dívida foi crescendo de forma astronômica, até asfixiar toda a economia. Com paciência e habilidade, o ministro Marcílio Marques Moreira está pondo em prática a promessa de campanha do presidente Collor de abrir e modernizar a economia brasileira, mediante a retração do Estado.

Os saudosos das benesses do modelo de desenvolvimento, que prosperou à sombra do autoritarismo político, ainda não compreenderam que a democratização do país só será completada com a redemocratização da economia, num adequado equilíbrio entre empresários e trabalhadores. Isso só se faz mediante entendimento nacional.

O acordo setorial é o teste do entendimento nacional, que pressupõe o abandono da arrogância e da defesa de privilégios passados. Em seu lugar, cabe a disposição de ceder e de dialogar. Com um novo presidente já escolhido e a ser empossado em duas semanas, seria natural que os entendimentos para o futuro se fizessem com o novo porta-voz das montadoras, Luiz Adelar Sheuer, mais aberto ao diálogo.

Como, decididamente, esses não foram atributos demonstrados por Jacy Mendonça, nos vários mandatos à frente da Anfavea, a sua exclusão da mesa do entendimento, mais do que uma des cortesia, foi um recado de que esse tipo de postura arrogante por parte do empresariado pertence a um modelo que já passou e não volta mais.